



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

RESISTÊNCIA NEGRA E LUTA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NEGRAS DE AXÉ EM RECIFE – PE.

Irys Leticia de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco; irysoliveiracs@gmail.com

Resumo: O presente artigo é parte do resultado da pesquisa desenvolvida no curso de mestrado em Sociologia. Partindo de saberes e experiências localizadas, este trabalho é feito de uma mulher negra para mulheres negras. Compreendendo as opressões que se cruzam e contornam nossas experiências materiais e subjetivas, bem como a diversidade do ser mulher negra, investigo sob quais condições discursivas emerge o ativismo político de mulheres negras adeptas às religiões de matriz africana e afro-indígena na cidade do Recife – PE. Partindo das esferas identitárias “raça”, “gênero” e “religião”, procuro identificar, através da análise da trajetória de militância de quatro mulheres negras de axé, os processos de articulação dessas esferas na construção de uma reflexão crítica que se traduz em atuação política. Investigar sob quais condições discursivas emerge a atuação política de mulheres negras de axé significa evidenciar as articulações e estratégias de resistência material, subjetiva, política e cultural do povo negro no contexto da diáspora. Para tanto, utilizo-me da Teoria do Discurso, que se concentra em identificar os elementos de articulação e tensionamento nos processos de transformação e ruptura, uma vez que a constituição da realidade social num dado momento se dá a partir de uma pluralidade de discursos em disputa, expondo as condições de possibilidade (e impossibilidade) para emergência de projetos e modelos de sociedade, organização e ação coletiva.

Palavras-chaves: mulheres negras; religiões afro-brasileiras; feminismo negro; ativismo político.

Introdução

Somos um país marcado racialmente que no entanto, ao longo de sua história, tentou, através das práticas sociais e discursivas, apagar esta demarcação, objetivando construir a imagem do Brasil como um país cuja característica principal era a harmonia racial. Um país marcado e demarcado racialmente desde nossos primeiros sinais de formação social. As relações sociais que vivenciamos são, portanto, racializadas. Vivemos ainda hoje as reminiscências do sistema escravista na prática social. Várias pesquisas qualitativas e quantitativas demonstram as desigualdades em termos raciais e não precisamos ir muito longo para perceber que elas

existem e marcam a nossa experiência em sociedade. Assim, as consequências desse desmonte que me referi acima, atingem diretamente a população negra, historicamente desfavorecida.

É preciso dizer também que a demarcação em termos raciais existente desde os primeiros sinais de nossa formação social sempre foi um elemento de tensão e de confronto. Assim, a reação da população negra frente ao processo de escravização que lhes renegavam a condição de existência humana existe desde esses primeiros sinais de formação da nossa sociedade. E foi através da luta de muitos negros e negras, da construção dos quilombos, insurreições e guerrilhas que



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cãçara

este confronto aconteceu no período escravista (Nascimento, 1980). As transformações do regime econômico e político da escravidão significaram mudanças profundamente estruturais da sociedade, que culmina com a ascensão do neoliberalismo globalizado que vivemos hoje. A dimensão racial continuou marcando a experiência da população negra, ainda que tenha ocorrido uma tentativa de seu apagamento, através de práticas sociais e discursivas, arregimentadas sob a ideia de miscigenação. A dimensão racial como elemento de tensão assume novas características, o que se reflete também nos movimentos de confronto. Ainda assim, a população negra encontrou estratégias de mobilização e contestação políticas. Nossa sociedade é marcada, de 1964 a 1978, por uma ditadura militar que impediu a atuação dos movimentos sociais. Da década de 1980 em diante, passamos por um processo de redemocratização que favoreceu a emergência de novos debates e atores políticos no processo de transformação social e questionamento das desigualdades sociais. Vozes e debates antes apagados e ignorados tem emergido, novas articulações discursivas e interpretações sobre a realidade e desigualdades sociais têm sido produzidas, fomentando o questionamento às hegemonias dominantes e às lógicas de opressão que as constroem e que por elas são construídas. A

dimensão racial tem sido evidenciada nesse processo de novas articulações. A luta das mulheres negras tem sido um exemplo mundial de construção de mobilização política e de transformação na interpretação da realidade e desigualdades sociais.

Assim, quando nos debruçamos sobre as questões políticas e sociais do atual cenário brasileiro, compreendemos que a parcela da população mais atingida nesse contexto é a população negra. Por outro lado, observamos também a crescente politização da dimensão racial – ampliando o debate e favorecendo os processos de construção identitária – e a emergência de novas formas de mobilização política, através da articulação de várias bases identitárias. A construção e afirmação da identidade racial, nesse contexto, funciona como um elemento de tensão que rompe, em alguma medida, com os discursos e práticas hegemônicas. Essa afirmação passa pela construção de referenciais negros positivos, do ponto de vista estético, cultural, religioso. Assim, aspectos da “estética negra”, da “cultura negra” ou da “religiosidade negra” têm sido importantes referenciais na construção da dimensão racial e dos processos de afirmação, arregimentando novas formas de mobilização política.

Do ponto de vista da sociologia e do “fazer sociológico” todas as questões discutidas acima têm requerido de nós



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cãçã

posicionamentos políticos no sentido de, ao menos – e aqui cabe em minha perspectiva, o “papel social” da própria sociologia – oferecer reflexões tanto densas e coerentes, quanto preocupadas com seu papel como via de interpretação e até mesmo de transformação da realidade social, em seus diversos aspectos. O fazer “sociológico” está imbuído aqui de um fazer “político”, na medida em que se coloca como um meio de abertura ao debate acerca de diversas transformações pelas quais nossas próprias vidas têm passado. São as duas esferas que compõem este trabalho.

Assim, a justificativa para a sua realização se dá também nesses dois âmbitos, que remetem, conseqüentemente, a aspectos pessoais e coletivos. Em termos sociológicos, é válido mencionar a importância de pesquisas voltadas aos saberes localizados (Haraway, 1995) na construção de novas interpretações sobre a experiência de grupos específicos. Nesse sentido, pesquisas com esse caráter têm provocado rompimentos e fissuras nos espaços hegemônicos de construção de sentidos e conhecimento, trazendo novas interpretações e soluções para as realidades sociais. Elas são, por essa razão, fontes riquíssimas que incentivam a reflexão sociológica na contemporaneidade. Viabilizam novas interpretações, a partir do conhecimento localizado, com o intuito de

transformação da realidade social. Nesse sentido, o elemento político pode ser compreendido como um vetor poderoso, pois diz respeito ao que dá carne a essas pesquisas. É aqui que entram os elementos pessoais e coletivos nesta justificação. Sou uma mulher negra, filha de mãe solteira, de camada popular, que estudou em escola pública e que encontrou diversos obstáculos em várias fases da vida, que poderiam ter me empurrado às estatísticas. Consegui, com bastante dificuldade, acesso ao ensino superior, talvez o primeiro espaço de poder que ocupei na vida. Através de experiências que favoreceram à conscientização racial, pude me compreender enquanto mulher negra. Conheci também a ancestralidade e religiosidade negra¹, elementos essenciais à minha auto-afirmação identitária. A sociologia surgiu pra mim como um meio de refletir e transformar a minha realidade, bem como aquela que tantas outras mulheres negras experienciam. É nesse sentido que a justificativa desta pesquisa perpassa o âmbito pessoal e coletivo.

É preciso, pois clarear à leitora a que veio este trabalho. Seria uma provocação se eu o fizesse já tomando a expressão “clarear” como ponto de partida. Vamos, na verdade,

¹ Sou filha de santo do Ilê Obá Aganjú Okoloyá – Terreiro de Mãe Amara.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Raça

“escurecer”² à leitora. Este trabalho investiga as condições discursivas sob as quais emergem os processos de construção e afirmação da identidade racial e como esta esfera identitária tem sido um ponto articulador do ativismo político-racial no contexto local³. Tal ativismo tem se concretizado a partir da articulação dessa esfera identitária com o “gênero” e a “religião”, por exemplo, na construção de mobilização política tanto em nível local, quanto global⁴ e colocando-nos desafios e

² Uma discussão que existe dentro da militância negra é aquela que questiona expressões que aludem à depreciação de aspectos da raça negra. A defesa feita é que é importante pensar a respeito da linguagem, pois nela perpetuam-se também dinâmicas e relações de opressão raciais, de gênero, entre outras. Certa vez ao conversar com Vera Baroni, uma militante negra, falei tal expressão “a gente se encontra, conversa pra esclarecer tudo” e fui surpreendida com a reação da companheira em questão que, me interrompeu de imediato, mas com toda educação e carinho, e pediu pra que eu não falasse isso, lembrando-me a razão. Brincando, falou “vamos escurecer, vamos escurecer as coisas” e terminamos a conversa pensando no quão certas expressões e práticas com certo teor de depreciação racial ainda fazem parte do nosso próprio discurso. Não quero aqui condenar o uso dessa, ou de outras expressões para quais, por vezes, a linguagem nos faz recorrer. Mas depois desse fato passei a observar como certas expressões – e, ao meu ver, principalmente essa! – ainda permeiam nossos discursos. Esta é somente uma provocação bem humorada à leitora que tem em mãos este trabalho.

³ Mais adiante falaremos sobre as decisões e justificativas metodológicas. No entanto, a nível de introdução, é preciso enfatizar que o bojo dessa pesquisa sem dá em contexto local, a saber a cidade de Recife, podendo referir-se, em última instância, ao contexto “pernambucano”.

⁴ As diversas “marchas” organizadas ao redor do mundo e também no Brasil, a exemplo da “Marcha das Mulheres Negras”, bem como o crescente surgimento de coletivos e organizações voltadas ao debate racial e de gênero, incluindo aspectos da cultura negra, crescente organização de fóruns, seminários e

tensões, que resultam em transformações de posturas e práticas cotidianas e também políticas, tensionando as bases hegemônicas da sociedade. Assim o objetivo central deste trabalho é identificar as condições discursivas sob as quais emergem os processos de mobilização política das mulheres negras de axé⁵ na cidade de Recife⁶.

Metodologia

As casas de culto às religiões de matriz africana e afro-indígena são espaços de manifestação da cultura negra que tem fomentado certa abertura à discussão e mobilização político-racial, o que pode ser entendido como um processo de politização das práticas culturais dos afro-brasileiros, na

encontros para discutir o tema também são um exemplo dessa articulação no contexto atual.

⁵ Como anuncia o título deste trabalho “Resistência negra e luta: uma investigação sobre o ativismo político de mulheres negras de axé em Recife”, utilizo-me do termo “mulheres de axé” ou “mulheres negras de axé” para me referir às mulheres negras que são adeptas às religiões de matriz africana e afro-indígenas. Assim, farei menção a essas mulheres – e a mim mesma – como mulheres de axé.

⁶ Como menciono no resumo, este artigo apresenta os resultados gerais da pesquisa que realizei entre os anos de 2016 a 2018, no curso de mestrado em sociologia, onde investiguei a trajetória de militância de quatro mulheres negras adeptas às religiões de matriz africana e afro-indígena em Recife. Além da necessidade de evidenciar tais trajetórias, construindo referenciais de luta e de organização política negra, pude identificar os elementos que compõe a construção de uma prática política que se desdobra em ativismo político. Os elementos evidenciados nesta investigação são a identificação racial e de gênero, enquanto mulheres negras e a identificação religiosa, enquanto mulheres negras de axé. Apresento neste artigo os pontos principais desta pesquisa, com o objetivo de demonstrar as formas de mobilização política negra contemporânea, evidenciando a atuação das mulheres negras na transformação da realidade social.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Círculo

medida em que elas atuam como um veículo de conscientização racial, articulando politicamente categorias específicas, como raça e gênero e religião, por exemplo. Estas articulações político-ideológicas criam retroativamente os interesses que pretendem representar. E esta criação retroativa é feita por e através da discursividade, o que resulta em tensões ideológicas e políticas na construção do sentido das práticas sociais. Embora esse movimento não seja tão pacífico ou linear como parece, tendo em vista os conflitos e limites⁷ inerentes aos processos de “conscientização racial” dentro desses espaços, podemos notar um processo recente que alimenta a importância desses espaços: a inserção do debate de forma mais permeável ao âmbito do Estado. A referência a pólos de identidade negra fortaleceu a perspectiva dos terreiros como espaços legítimos de negritude. Entretanto, a busca por referências para construção identitária não se configura como um movimento simples, ao contrário, precisa ser dotado de coerência e legitimidade simbólico-discursiva que fomentem a sua construção. As religiões de matriz africana e afro-indígena parecem oferecer esse lastro, pois reivindicam uma origem ancestral,

carregam um arcabouço não somente simbólico-religioso, mas também político.

Investigar sob quais condições discursivas emerge a atuação política de mulheres que constroem espaços de manifestação da cultura afro-brasileira, a saber, mulheres negras militantes, adeptas das religiões de matriz africana e afro-indígena, nos fornece um caminho para compreender sob quais condições discursivas se dão: a) os processos de construção e afirmação da identidade racial, o que implica em uma análise das transformações discursivas e das relações raciais de poder; b) os processos de articulação na construção de pólos referenciais positivos que visam romper com relações de subordinação. “Raça”, “gênero” e “cultura política negra”, sendo esta última, mais especificamente relacionada a religiosidade negra. Investigar esses fenômenos no contexto local - a saber, a cidade de Recife PE – nos permitiu investigar a construção da mobilização política negra na contemporaneidade, o que, evidentemente nos remete aos processos de transformações discursivas na compreensão e análise da realidade social. E, mais especificamente, em relação à mobilização política negra, feita por mulheres negras adeptas das religiões de matriz africana.

⁷ Como, por exemplo, a sobreposição de crenças (sincretismo) ou à outros ideais que remetem à mestiçagem, reforçando ainda a imagem do Brasil como democracia racial.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Em busca de uma ontologia política do social – Apontamentos metodológicos

Tendo em vistas as questões levantadas anteriormente, parece estar evidente a preocupação em estabelecer os aspectos políticos do social como ponto central para discussão pretendida pelo presente trabalho. Identificar aspectos e mecanismos de afirmação identitária e de mobilização política, sob a égide das condições discursivas que lhes são específicas, parece ser um caminho legítimo para a investigação dos aspectos políticos das dinâmicas que pretendo analisar. Nesse sentido, procuro identificar os processos de articulação na luta política, cuja transformação se dá através do que Laclau e Mouffe chamam de “significantes vazios” (Howarth, 2005). Enquanto os pontos nodais vinculam-se à prática articulatória, que torna um dado particular a expressão do universal, os significantes vazios remetem ao caráter vazio dessa significação universal. A articulação é justamente a luta para dar um significado às ideias flutuantes. Está tudo aberto, mas algumas forças específicas dão um direcionamento a como essas hegemonias são constituídas. A base central utilizada é a Teoria do Discurso como ferramenta metodológica de análise.

A Teoria do Discurso pós-marxista é definida mais como um paradigma ou programa de pesquisa que como uma teoria empírica no sentido estrito da palavra. Consiste, então, em

um sistema de pressupostos ontológicos, conceitos teóricos e preceitos metodológicos e não em uma série de propostas definidas para explicar e prever fenômenos como comportamento do estado capitalista ou das diferentes formas e lógicas de ação coletiva. O objetivo deste programa de investigação se concentra na ideia de que os significados sociais são contextuais, relacionais e contingentes. Além disso, sustenta que todos os sistemas de práticas significativas – ou discursos – dependem de exteriores discursivos que constituem parcialmente essa ordem, enquanto as subvertem potencialmente. Em um sentido menos abstrato, as relações sociais apresentam quatro propriedades: contingência, historicidade, poder e a primazia da política (Laclau, 1990, pp. 31-6), enquanto as identidades dos agentes sociais são constituídas dentro de estruturas de práticas articulatórias e os sujeitos políticos surgem quando os agentes se identificam novamente sob condições de deslocamento” (HOWARTH, 2005:39).

A estratégia de produção e coleta de dados que me utilizei foi aquela que julguei mais adequada ao objetivo da coleta: obter descrições exaustivas da trajetória de militância das mulheres que foram entrevistadas de modo a identificar sob quais condições discursivas emergem os processos de mobilização política.

Investigar trajetórias de militância requer inevitavelmente observar os processos de articulação de esferas identitárias e políticas na compreensão da própria experiência⁸ e na conformação de posicionamentos críticos em relação à elas. Assim, a identificação das articulações, pontos nodais, das lógicas e mecanismos, das contradições e da disputa pelos significantes vazios precisam ser evidenciadas nesta

⁸ A experiência das mulheres entrevistadas, neste caso.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

análise. Esta investigação fornece um aparato para pensar os processos de construção e afirmação da identidade racial e da luta política negra, o que implica em uma análise das transformações discursivas e das relações raciais de poder. E como essas transformações discursivas se dão no seio de uma multiplicidade de agentes na construção da realidade social e da experiência, o elemento da contradição e os processos de articulação, via pontos nodais, podem favorecer a compreensão das estratégias de mobilização política.

Busco identificar os mecanismos e lutas travadas em torno da fixação temporária de significados, responsável pelo constante desdobramento dos discursos, que está associado aos fenômenos de articulação política, com propósitos contra-hegemônicos. Pensar nesses fenômenos a partir da investigação das trajetórias de mobilização política de mulheres negras de axé permite identificar quais lutas têm sido travadas em torno da fixação temporária de significados, evidenciando o elemento da contradição e de como a articulação política, através de pontos nodais, funciona como propulsora da disputa pelos significantes vazios.

A compreensão crítica da realidade social a partir da racialização das relações sociais – e da identificação de elementos contraditórios – busca, nesse sentido, disputar

os significantes vazios, como a ideia de raça, por exemplo. As lógicas hegemônicas – brancas – são contestadas, uma vez que há uma disputa ideológica em relação à compreensão e transformação da realidade social. Denunciar o racismo via construção de interpretações racializadas sobre a realidade social consiste na articulação discursiva, a partir da construção de pontos nodais – pontos discursivos privilegiados – que atuam no campo da disputa ideológica. Significa a criação de um discurso contra-hegemônico, que se constrói a partir de antagonismos. Torna-se necessário, portanto, localizar e analisar os mecanismos pelos quais o significado é produzido, estabelecido, questionado e subvertido em textos específicos (Howarth, 2005:77). A premissa de abertura do social (Laclau & Mouffe, 1987) é terreno fértil para articulação política de diversas esferas na construção de novos discursos que impulsionam as lutas e as transformações sociais, disputando, assim, os significantes vazios (Howarth, 2005) ou do senso comum (Hall, 2003), a partir dos fenômenos – ou lógicas – de equivalência e da diferença (Laclau & Mouffe, 1987).

A construção de discursos contra-hegemônicos é atravessada pela lógica da hegemonia, uma vez que ela busca captar os processos pelos quais os atores reúnem-se em prol de um discurso e demandas particulares



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

comuns. Assim, a existência de um campo social marcado por antagonismos e a disponibilidade de elementos ideológicos contingentes são pressupostos para o funcionamento de uma lógica hegemônica. E diante de um campo marcado por antagonismos e pela abertura do social, os fenômenos de equivalência e de fronteira é que vão possibilitar a relação hegemônica. A lógica da equivalência, como já discutido, diz respeito à uma simplificação do espaço político em dois campos inconciliáveis e antagônicos. A lógica da diferença, por sua vez, impulsiona a expansão do espaço político, tornando-o cada vez mais complexo. É através dela que ocorre o processo de construção contra-hegemônica.

Novas bases para a luta antirracista: o Feminismo Negro

“E justamente por isso tamo aí, usando de jogo de cintura, prá tentar se entender” (Gonzáles, 1984:236). A produção de conhecimento sobre as mulheres no Brasil foi marcada, durante um bom tempo, por certa parcialidade em relação às especificidades de nós, mulheres negras. Isso não significa que intelectuais e feministas negras não tenham tentado dar voz às essas especificidades, denunciando aquilo que era tido como natural ou naturalizado, a subordinação das mulheres negras em todas as esferas da vida social. (Cadwell, 2000).

De várias maneiras, a ausência histórica de discussão pública sobre raça e racismo no país resultou no *apagamento discursivo* das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que portanto se torna, até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima (Cadwell, 2000:96. Grifo meu)

Os anos de 1980 foram marcados por diversas transformações sociais, em nível global⁹ e local¹⁰, que fizeram emergir um novo sujeito político, no caso, as mulheres negras, desconstruindo a noção totalitária de identidade e de feminilidade (Gonzáles, 1984; Haraway, 1995; Brah, 2006; Collins, 2016). O feminismo negro¹¹ tem como principal eixo

⁹ Podemos citar como exemplo no contexto global, os impactos da Segunda Grande Guerra, que trouxe à tona discussões sobre discriminação racial, de gênero, bem como direitos humanos, cidadania e democracia, bem como os impactos do Movimento por Direitos Civis nos Estados Unidos – que eclodiu na década de 1970. Os processos de descolonização dos países africanos, o fim do Apartheid na África do Sul, os movimentos multiculturalistas transnacionais, o movimento pan-africanista são exemplos dessas transformações a nível global que centralizaram questões relacionadas sobretudo à raça, gênero, sexualidade, atrelados a uma ideia de justiça social e cidadania e à experiência diaspórica (Guimarães, 2008; Hanchard, 2001; Sansone, 2007; RODRIGUES, C.S. & PRADO, M. A. M., 2010).

¹⁰ Em nível local, podemos citar o processo de redemocratização do Brasil, a luta pela cidadania e pela extinção das desigualdades sociais que eclodiram nos anos 1980 (Guimarães, 2008; Hanchard, 2001.) O papel do ativismo das mulheres negras nesse período é considerado crucial no desenvolvimento das lutas e das conquistas sociais da época (RODRIGUES, C.S. & PRADO, M. A. M., 2010).

¹¹ Em meados da década de 1970, as mulheres negras norte-americanas, impulsionadas pelo Movimento por Direitos Civis que eclodiu nos Estados Unidos, começaram a formular teorias, em sua maioria feministas, para analisarem as experiências das mulheres negras, suas diversas formas e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, compreendendo-o como determinante na hierarquia de gênero na sociedade¹² e demonstrando um desencontro histórico entre a experiência da mulher branca e da mulher negra. Seus primeiros sinais surgiram em meados da década de 1970, onde mulheres negras norte-americanas, impulsionadas pelo “Movimento por Direitos Civis” que eclodiu nos Estados Unidos, começaram a formular teorias, em sua maioria feministas, para analisarem as experiências das mulheres negras, suas diversas formas e especificidades, relacionando-as à classe, região, etnia, nacionalidade e orientação sexual. Este movimento acabou por desestabilizar a noção homogeneizante da categoria “mulher”, chamando atenção para as várias identidades construídas em diferentes

especificidades, relacionando-as à classe, região, etnia, nacionalidade e orientação sexual. Este movimento acabou por desestabilizar a noção homogeneizante da categoria “mulher”, chamando atenção para as várias identidades construídas em diferentes contextos sociais e históricos (PACHECO, 2013:29).

¹² hooks (1981), fazendo menção a uma Declaração Feminista Negra, construída por um grupo de feministas negras norte americanas – Coletivo Combahee River – defende que o feminismo negro se configura da seguinte forma: “A declaração mais geral da nossa política atualmente será de que nós estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe e que vemos como nossas principais tarefas o desenvolvimento de uma análise integrada e prática, sobre o fato que os maiores sistemas de opressão são unidos num único mecanismo. A síntese destas opressões criam as condições das nossas vidas. Como mulheres negras vemos o feminismo negro como um movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões de todas as mulheres negras” (hooks, 1981:109).

contextos sociais e históricos (PACHECO, 2013:29).

Foi o momento de demonstrar um desencontro histórico, uma diferença de condições sociais (Brah, 2006). No contexto brasileiro, a paulatina tarefa de mulheres feministas negras tem sido a de “enegrecer o feminismo”¹³ (Carneiro, 2001), o que implica em um caminho teórico-epistemológico e metodológico que dê suporte necessário à compreensão das diversas realidades sociais, bem como dos múltiplos e simultâneos processos, opressões e representações a que são submetidas as mulheres negras¹⁴. Para Figueiredo (2008), a construção de uma perspectiva crítica negra depende de três fatores fundamentais: a auto-definição; o

¹³ Segundo Cadwell (2000), “a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro [...]. O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual” (CADWELL, 2000:98).

¹⁴ “Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo” (CADWELL, 2000:99).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

desenvolvimento de um ponto de vista crítico; uma melhor relação entre experiência e mundo das ideias/reflexão teórica. Significa a construção de um referencial teórico e metodológico que permita uma investigação comprometida com as opressões que se cruzam e se traduzem na produção das condições materiais, simbólicas e subjetivas que as mulheres negras experimentam.

O feminismo negro atua no sentido de favorecer a construção de teorias que procurem abordar as interconexões entre raça, gênero e classe, menos como categorias fixas, do que como relações historicamente contingentes e específicas de um contexto determinado, uma vez que ele foi constituído em articulação com outros movimentos sociais, cujas “múltiplas localizações marcaram a formação de novas subjetividades e identidades diaspóricas” (Brah, 2006:357), o que produziu um sujeito político poderoso. Por essa razão, o feminismo negro não pode ser entendido como uma categoria essencializada ou essencializadora, mas que atua como um campo de “contestação inscrito dentro de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial” (Brah, 2006:353). Assim, o feminismo negro se afastou de concepções essencialistas, subvertendo a própria lógica da codificação racial, pois representa a vida negra em toda sua variedade e complexidade, ao mesmo

tempo em que subverteu os discursos neutros em relação ao gênero, colocando as especificidades das experiências de mulheres negras em foco (Brah, 2006).

Segundo Brah (2006) outras críticas também foram produzidas nesse sentido, como a teoria do discurso colonial, que, articulada a outras teorias, como o feminismo, “sublinham a noção de que o sujeito não existe sempre como um dado, mas é produzido no discurso” (Brah, 2006:366). Em contrapartida, o insight sobre a produção do sujeito não dá conta da dimensão subjetiva, pois não deixa espaço para possibilidades de mudança, nem dá atenção aos processos de construção de motivação. Daí a necessidade, por parte da teoria feminista interseccional de aprofundar os estudos psicanalíticos, repensando a teoria da desconstrução e da micro-política do poder (Brah, 2006:367). Para Brah (2006) a apropriação pós-estruturalista/feminista da psicanálise de Freud entendem que “os elementos constitutivos da mente –ego, superego, id – surgem como conceitos relacionais constituídos em e através da experiência 'interior' e 'exterior'” (Brah, 2006:368), ou seja, a subjetividade é entendida como não fixa, mas fragmentada e em constante processo, constituído e regulado dentro de um espaço cultural específico. Como argumentam Brah & Phoenix (2004):



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Diferentes feminismos podem agora ser vistos como representando relações historicamente contingentes, contestando campos de discursos e locais de múltiplas posições de sujeito. O conceito de "agência" foi substancialmente reconfigurado, especialmente através de dotações pós-estruturalistas da psicanálise. Novasteorias da subjetividade tentaram tomar conta da vida psíquica e emocional sem recorrer à ideia e uma divisão interna / externa. Enquanto todo esse fluxo intelectual levou a uma reavaliação da noção de "autenticidade" experiencial, destacando a limitações da "política de identidade", o debate também demonstrou que a própria experiência não poderia se tornar uma categoria redundante. Com efeito, ele continua a ser crucial na análise de como os significados de práticas são centrais na nossa maneira de fazer sentido no mundo simbólica e narrativamente (Brah & Phoenix, 2004:82).

Assim, uma das principais contribuições do pós-estruturalismo às teorias feministas contemporâneas é o enfoque na análise da "diferença", que tem o foco nas subjetividades variáveis, assim como nas identidades e significados específicos ligados à diferença (Brah & Phoenix, 2004). Para Brah (2006) a questão não é "privilegiar o nível macro ou micro de análise, mas como articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades" (Brah, 2006:359). Seu esforço em construir um quadro conceitual da diferença se fundamenta na necessidade de entender como os diversos aspectos da diferença atuam nos processos de diferenciação social, entendendo este último como atrelado sempre a relações de poder. Conceitualizar a diferença ajuda, segundo a autora, na construção de estratégias para enfrentar as opressões sem que haja uma

espécie de compartimentalização ou hierarquização das mesmas, concebendo-as como interconectadas e inter-articuladas. A diferença é concebida como: experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

“O processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação são investidas de significados particulares” (Brah, 2006:372), constitui aquilo que conhecemos como identidade coletiva. Esta, por sua vez, surge a partir de um processo político que procura “re-inscrever a subjetividade através de apelos à experiência coletiva” (Brah, 2006:373). Assim, compreender discursos que são construídos ao redor da identidade coletiva significa pensá-los em termos de um lugar de poder que é “constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas” (Brah, 2006:373). Em outras palavras, entender a prática como produtiva de poder é concebê-la como um meio de enfrentar práticas opressivas de poder. Diversas práticas podem ser entendidas como um meio de enfrentar outras práticas opressivas. A afirmação da identidade racial pode ser compreendida nesse sentido, uma vez que aciona elementos simbólicos, culturais e políticos na construção de discursos e práticas, que entram em disputa com outros discursos opressivos.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Pensar na luta das mulheres negras

levando em consideração o aspecto religioso significa investigar quais elementos simbólicos, culturais e políticos são acionados na construção de discursos e práticas articuladas em torno de eixos de identificação e de discriminação que atravessa a experiência dessas mulheres, como é o caso da imbricação entre “raça”, “gênero” e “religião”.

Resultados e discussão

Como mencionei no início deste trabalho, fiz a escolha de quatro mulheres negras de axé para investigar suas trajetórias de mobilização política, são elas: Maria Helena Mendes Sampaio¹⁵, Vera Regina Paula Baroni¹⁶, Ciani Sueli Neves¹⁷ e Jacqueline Martins Alves¹⁸.

¹⁵ Maria Helena Mendes Sampaio tem 46 anos e é yakekerê no Ilê Obá Aganjú Okoloyá – Terreiro de Mãe Amara. Filha sanguínea Amara Mendes Sampaio (Mãe Amara) e de Nelson Mota Sampaio cresceu no candomblé. É presidente do Afoxé Oyá Tokolê Owo e arte educadora. É cantora, tendo participado de vários grupos culturais. Recebeu, em 2013 o título de “Mestra do Saber Popular” por meio do Prêmio “Culturas Populares Edição 100 anos de Mazzaropi” (Gama, 2017). É uma das fundadoras e conselheira religiosa da “Rede de Mulheres de Terreiro”.

¹⁶ Vera Regina Paula Baroni tem 72 anos, possui graduação em Direito pela “Unicap”, especialização em Saúde Coletiva pela UFBA. É advogada e integrante da “Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, AMNB” e da “Rede de Mulheres de Terreiro em Pernambuco” e do “Coletivo de Juristas Negras de Pernambuco”. É filha de santo e yabassé do Terreiro de Mãe Amara.

¹⁷ Ciani Neves tem 38 anos, possui graduação em Direito, especialização em Direitos Humanos e mestrado em Ciências Jurídicas, ambo pela “UFPPB”. Cursa atualmente a especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, na “UFBA”. É

Os principais achados que obtive dizem respeito aos processos de articulação entre essas esferas identitárias na conformação da experiência dessas mulheres. A dimensão racial pode ser compreendida como um elemento de tensão e de contradição. O racismo e a discriminação racial marcam a experiência subjetiva, material e simbólica. No entanto, o processo de “tornar-se” negra (Santos, 1983) é acompanhado por uma reflexão crítica a respeito das relações e condições sociais, bem como pela construção de referenciais negros positivos, rompe com algumas lógicas hegemônicas e fomenta a mobilização política em termos raciais.

Em relação à mobilização política, pude observar que três das quatro entrevistadas iniciaram sua trajetória de militância em espaços da igreja católica e protestante. O fato de ter entrevistado mulheres com mais de vinte e cinco anos evidencia a influência da inserção em espaços da religião católica e protestante como

professora do curso de Direito da “FOCCA” e professora substituta da “UFRPE”. Atualmente não está vinculada a nenhum espaço de militância, mas se disponibiliza como parceira e aliada de vários grupos, sem integrá-los de forma orgânica, como o “Coletivo de Juristas Negras de Pernambuco. Desde 2015 frequenta o Ilê Axé Orixalá Talabi.

¹⁸ Jacqueline Martins Alves Correia tem 29 anos, possui graduação em Direito – bacharelado – pela “FOCCA”, é advogada, membro da “Comissão de Direitos Humanos da OAB” e do “Coletivo de Juristas Negras de Pernambuco”. Pertence à comunidade Ilê Axé Orixalá Talabi.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

propulsores da mobilização política. Os espaços da igreja – sobretudo da igreja católica – tem tido um papel significativo na construção da mobilização política, sobretudo da década de 1960 em diante, como demonstra o exemplo relatado por Vera Baroni. No entanto, a politização da dimensão racial tem favorecido cada vez mais e afirmação identitária e a construção de referenciais negros positivos, em seus aspectos simbólicos, culturais, religiosos. A afirmação identitária via elementos estéticos – como o fato de “assumir o cabelo crespo”, por exemplo – relaciona-se à valorização de aspectos da cultura negra, bem como de uma aproximação ou resgate da ancestralidade negra, elemento também empoderador.

Nesse sentido, a inserção nos espaços da religiosidade negra foi, nas quatro trajetórias, essencial no fortalecimento da identidade negra e, conseqüentemente, na articulação dessas esferas na construção da prática política dessas mulheres. Assim, pode identificar a relação entre a religiosidade negra e a construção da mobilização política das mulheres entrevistadas.

Ainda pode identificar as estratégias de mobilização política que estas mulheres têm construído no contexto atual. Nesse sentido, temas que nos são muito caros, como o “genocídio da população negra” e os “processos de embranquecimento dos

terreiros de candomblé” foram mencionados pelas entrevistadas.

Os elementos investigados confluem no sentido de demonstrar a articulação entre as esferas “raça”, “gênero” e “religião” na construção da mobilização política das mulheres negras de axé. Para além disso, demonstram como essas esferas compõe a auto-identificação – passando pela própria compreensão de si, processo marcado por experiências por vezes dolorosas de negação, sobretudo dos aspectos raciais – e a experiência real dessas mulheres. Os processos de afirmação identitária e de articulação dessas esferas na construção da mobilização política indicam uma transformação de discursos e práticas sociais que visam romper com lógicas hegemônicas – quais sejam, lógicas racistas – que conformam a realidade e desigualdades sociais. A mobilização política das mulheres negras de axé representa a resistência negra e a necessidade de transformação da realidade e desigualdades sociais.

Tive o intuito, neste trabalho, de evidenciar e valorizar a trajetória de mulheres negras de axé que fornecem insumos para uma reflexão acerca dos processos de resistência e luta da população negra. Em última instância, as reflexões feitas aqui apontam para a compreensão crítica da conformação desigual da nossa sociedade,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

através da demarcação racial, e para as transformações sociais que temos vivenciado.

Como venho argumentando, a população negra é sinônimo de força, resistência e luta ao longo do desenvolvimento da nossa história. Este trabalho procurou evidenciar a trajetória de quatro mulheres negras de axé com o intuito de identificar sob quais condições discursivas essas práticas emergem e de demonstrar os processos de resistência e de luta negra.

Referências Bibliográficas

BRAH, Avta. Diferença, diversidade, diferenciação, In *Cadernos Pagu* (26), pp 329-376. 2006.

BRAH, Avta. & PHOENIX, A. Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality, In *Journal of International Women's Studies*, 5(3), PP 75-86, 2004.

CADWELL, Kia Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil, In *Estudos Feministas*, ano 8, semestre 2, PP

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, In *Revista Lola*, nº 16, Espanha, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York, Routledge, 1991.

_____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro, In *Revista Sociedade e Estado*, V. 31, nº 01, janeiro-abril, PP 99-127, 2016.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*, 2ª edição, Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero – dialogando com os estudos de raça e gênero no Brasil. In PINHO, Osmundo & Sansone, Lívio (Org.) *Raça – Novas Perspectivas Antropológicas*, 2ª edição, EDUFBA, 2008.

GILLIAM, Ângela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a subjetividade da mulata, In *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p.525-543, nov. 1995.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, v. 4, n. 4, p.223-244, jun. 1984.

HALL, Stuart. *Da Diáspora – Identidades e mediações culturais*. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

hooks, bell. *Black Women: Shaping Feminist*

HOWARTH, D. Aplicando la Teoría del Discurso: el Método de la Articulación, In *Studia Politica*, nº 05, 2005.

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista – hacia una radicalización de la democracia*. Ed. Letra e, Madrid, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo – Documentos de uma militância pan-africanista*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1980.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Mulher negra: Afetividade e solidão*. Salvador: Edufba, 2013.

SANTOS, Neusa Souza. *Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. 2ª edição, Graal, Rio de Janeiro, 1983.